



# ENRICH IN BRAZIL

Promovendo a cooperação em pesquisa, tecnologia  
e empreendedorismo entre Europa e Brasil.

## Guia para o Financiamento da Inovação no Brasil



ENRICH is an initiative of the European Union, executed in Brazil by the CEBRABIC project, that has received funding from the European Union's Horizon 2020 research and innovation programme under grant agreement No 733531. Responsibility for the information and views set out in this publication lies entirely with the authors.



CENTRO DE INOVAÇÃO BRASIL - EUROPA



## Índice

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>2. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E INOVAÇÃO .....</b>	<b>3</b>
<b>3. APOIO PARA <i>STARTUPS</i>.....</b>	<b>17</b>

## Lista de Figuras

Figura 1: Dispêndios do governo federal em pesquisa e desenvolvimento, por órgão, 2016 .....	4
Figura 2: Dispêndio nacional em P&D por setores, 2000-2017 .....	5
Figura 3: Dispêndios nacionais em P&D de países selecionados, 2000-2017 .....	5
Figura 4: Número de empresas que implementaram inovações com apoio do governo, por tipo de apoio, 2017 .....	6
Figura 5: Instrumentos de apoio do BNDES para inovação .....	9

## Lista de Tabelas

Tabela 1: Fundações de Amparo à Pesquisa no Brasil.....	16
Tabela 2: Programas públicos de apoio para startups .....	21
Tabela 3: Plataformas brasileiras de crowdfunding.....	22



# 1

## Introdução

# Introdução

---

ENRICH é a Rede Europeia de Centros e Centros de Pesquisa e Inovação no Brasil, trabalhando para melhorar a cooperação em pesquisa, tecnologia e empreendedorismo entre a Europa e o Brasil. ENRICH in Brazil foi inaugurado em 29 de Novembro de 2017 em Brasília, Brasil. Em dezembro de 2019, foi fundado legalmente no Brasil o Centro de Inovação Brasil – Europa: ENRICH in Brazil, e passará a aceitar novos membros e parceiros a partir de 2020. O Centro pretende se tornar o principal ponto de referência para os atores europeus e brasileiros de ciência, tecnologia, inovação e negócios. O Centro incentivará e facilitará a cooperação e o empreendedorismo entre a Europa e o Brasil, apoiando e capacitando todos os atores da inovação (públicos e privados) ao longo da cadeia de inovação (valor).

ENRICH é uma iniciativa da União Europeia, executada no Brasil pelo projeto CEBRABIC, que recebeu financiamento do programa de pesquisa e inovação Horizonte 2020 da União Europeia. Um grupo de quatro instituições brasileiras e oito europeias da Alemanha, Portugal, Bélgica, Hungria, Áustria, Espanha e Turquia fazem parte do consórcio do projeto para fortalecer a cooperação em pesquisa, inovação e negócios entre o Brasil e a Europa, estabelecendo ENRICH in Brazil.

O guia para financiamento da inovação no Brasil é desenvolvido no escopo desse projeto, e tem o objetivo de apresentar a oferta de incentivos para o desenvolvimento de novos modelos de negócios, tanto na esfera pública quanto privada. Criado em parceria pela SPI – Sociedade Portuguesa de Inovação e CONFAP – Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa, o guia detalha a disponibilização e tipos de investimento que existem no Brasil para a criação, desenvolvimento e escala de novos negócios inovadores.





## 2

### Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

# Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação

Ao longo dos anos 2000 o Brasil adotou uma atitude mais ativa de ampliação dos investimentos em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Tomando como parâmetro os últimos dados oficiais disponíveis, o dispêndio nacional (público e privado) aumentou mais de cinco vezes entre 2000 e 2013, passando de R\$ 12,6 bilhões para R\$63,8 bilhões.

O governo federal respondeu, em média, por 35% dos recursos aplicados. Destaque para os Ministérios da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Educação (MEC), Saúde (MS) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), que, juntos, responderam pela maior parte dos desembolsos em P&D entre 2000 e 2017, conforme demonstrado na Figura 1:

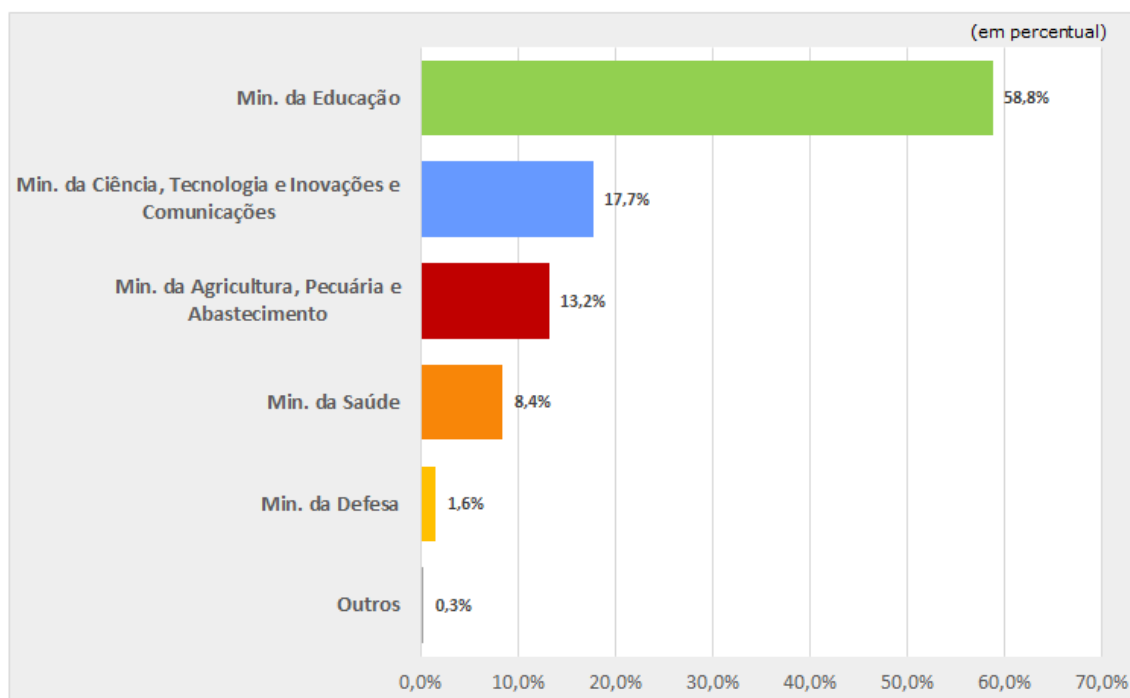


Figura 1: Dispêndios do governo federal em pesquisa e desenvolvimento, por órgão, 2016<sup>1</sup>

Como pode ser observado na Figura 2, em 2017 **o poder público alocou R\$41,200 bilhões em P&D, enquanto o investimento empresarial foi da ordem de R\$41,600 bilhões**. Ou seja, a participação do setor privado nos gastos em P&D neste ano de 2017 praticamente se equiparou aos gastos públicos.

<sup>1</sup> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, acessado em 20 de abril de 2020: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos\\_aplicados/governo\\_federal/2\\_2\\_2.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/governo_federal/2_2_2.html)

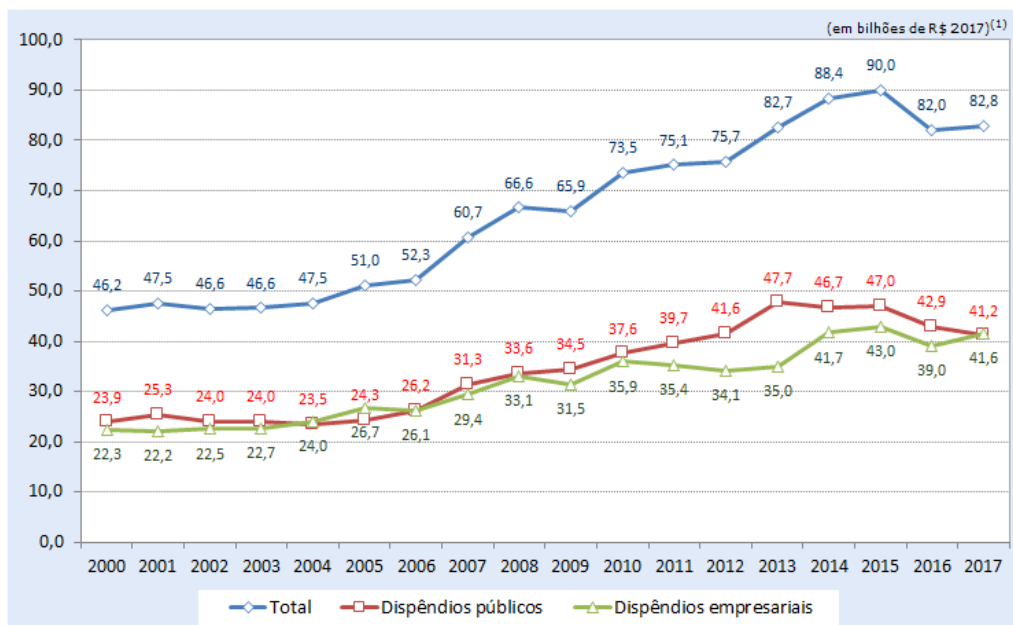


Figura 2: Dispendio nacional em P&D por setores, 2000-2017<sup>2</sup>

Entretanto, ao analisar a curva de crescimento dos dispendios nacionais de outros países aplanados em pesquisa e desenvolvimento entre os anos de 2000 e 2017, percebe-se que a atuação do governo brasileiro é menos expressiva em relação ao crescimento de países como a **China e Alemanha**, de acordo com a Figura 3:

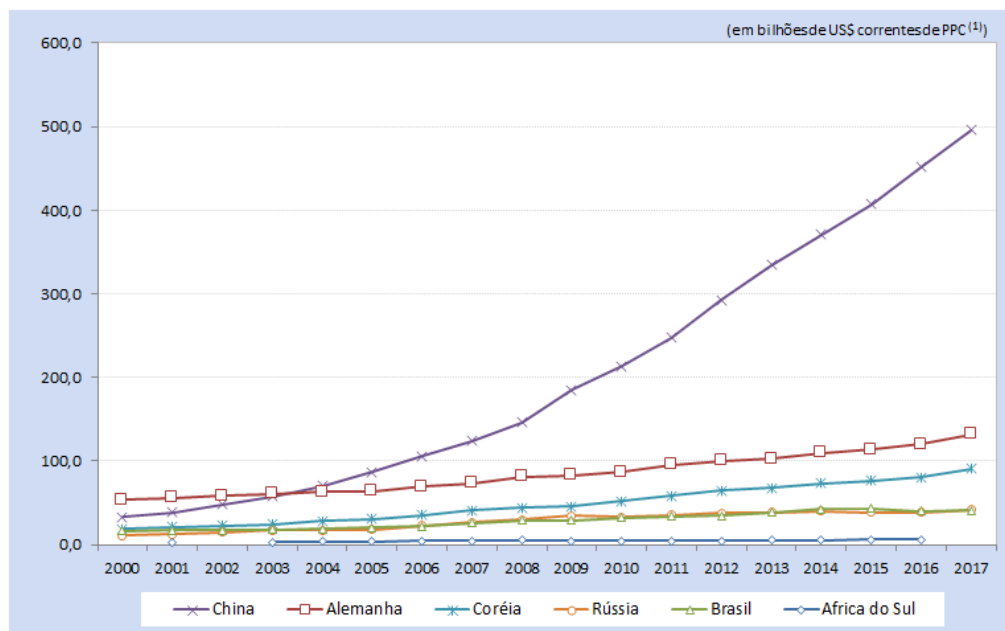


Figura 3: Dispendios nacionais em P&D de países selecionados, 2000-2017<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, acessado em 20 de abril de 2020: [http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos\\_aplicados/indicadores\\_consolidados/2\\_1\\_2.html](http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/recursos_aplicados/indicadores_consolidados/2_1_2.html)

<sup>3</sup> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, acessado em 20 de abril de 2020: <http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/indicadores/detalhe/comparacoesInternacionais/8.1.1.html>

Embora essa separação dê mais clareza ao efetivo dispêndio público e privado em atividades de P&D, não muda o fato de que o **Brasil precisa elevar o investimento em conhecimento e inovação** para enfrentar a corrida tecnológica e crescer nas cadeias globais de valor.

Para tanto, há que não se perder de vista o compromisso público em impulsionar as atividades de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I), capazes de alavancar o investimento das empresas, que, por sua vez, também devem se esforçar para fazer da inovação uma estratégia de crescimento permanente dos negócios.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) desenvolve a Pesquisa de Inovação (PINTEC) a cada 3 anos, analisando informações nacionais relevantes sobre atividades de inovação nos setores da indústria, serviços, eletricidade e gás no Brasil. Os últimos dados da PINTEC para o triênio 2015-2017<sup>4</sup>, publicados em 2020, registraram que **somente 10.290 empresas brasileiras (de um total de 116.962 empresas)** implementaram inovações com apoio do governo. A Figura abaixo mostra os tipos de programa de apoio do governo utilizados, em comparação com o número de empresas beneficiadas:

Tipo de programa de apoio do governo	
Total	10.290
Incentivo fiscal - a Pesquisa e Desenvolvimento	1.861
Incentivo fiscal - Lei da Informática	507
Subvenção econômica	491
Financiamento - a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e inovação tecnológica - sem parceria com universidades ou institutos de pesquisa	930
Financiamento - a projetos de Pesquisa e Desenvolvimento e inovação tecnológica - em parceria com universidades ou institutos de pesquisa	516
Financiamento - a compra de máquinas e equipamentos utilizados para inovar	5.086
Bolsas oferecidas pelas fundações de amparo à pesquisa e RHA/CNPq para pesquisadores em empresas	259
Aporte de capital de risco	318
Compras públicas	1.008
Outros	2.368

Figura 4: Número de empresas que implementaram inovações com apoio do governo, por tipo de apoio, 2017<sup>5</sup>

Ainda de acordo com a PINTEC, a percentagem de empresas beneficiadas com incentivos do governo brasileiro baixou para 26,2% em 2017, demonstrando uma queda em relação aos números dos triênios passados: em 2009-2011 a percentagem foi de 34,2% e em 2012-2014 foi de 39,9%. Esse cenário, por si só, reforça a necessidade de se discutir o sistema de financiamento no Brasil, ainda que os limites do sistema nacional de financiamento sejam ainda

<sup>4</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, acessado em 20 de abril de 2020:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/9141-pesquisa-de-inovacao.html?=&t=sobre>

<sup>5</sup> Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação, acessado em 20 de abril de 2020:

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/9141-pesquisa-de-inovacao.html?=&t=destaques>

mais amplos. A oferta de recursos públicos, antes mesmo da crise atual, tornou-se pequena, diante do crescimento da demanda por pesquisa e por inovação, devido aos seguintes motivos:

- Houve, nos últimos anos, **forte crescimento do número de pesquisadores** e da atividade de pesquisa privada. A demanda por inovação cresceu aceleradamente entre as empresas, ainda que os padrões sejam modestos, quando comparados aos de países da OCDE ou aos de emergentes mais ousados;
- Parte do crescimento dessa demanda foi atendida por **programas de crédito subsidiado pelo setor público** que, de fato, não é o instrumento mais adequado para se apoiar a inovação, principalmente por terem uma visão de pouca confiança nas empresas;
- A **qualidade do investimento é ainda baixa** no Brasil, seja porque os bancos privados têm pequena participação no financiamento de médio e longo prazo, seja porque, historicamente, a alocação do investimento é extremamente pulverizada no país. O resultado se expressa no pequeno número de projetos de porte e de longa duração, o que enfraquece o sistema de inovação e reproduz o padrão acadêmico de atendimento generalizado às universidades públicas;
- Há um **padrão impregnado na cultura** de pesquisa no Brasil, o qual influenciou a atuação das agências de fomento ao replicar critérios acadêmicos para selecionar, acompanhar, avaliar e apoiar as empresas privadas;
- A combinação desse viés acadêmico com as carências dos planejadores públicos, como a pouca capacidade de definir prioridades e identificar focos para os investimentos, ocasiona **falhas de coordenação das políticas e programas de inovação**, cuja governança é inadequada, desprovida de poder de decisão e sem a representatividade necessária para garantir interações e padrões razoáveis de eficiência;
- A multiplicidade de instituições e de fundos responsáveis pelo apoio à inovação, sem governança apropriada, alimenta (ainda que muitas vezes inconscientemente) a **fragmentação do investimento**.

Essas fragilidades consubstanciam o esgotamento do sistema nacional de financiamento, que precisa de novas fontes de recursos, de maior volume de recursos e de novas políticas e programas. Importante ressaltar que o país evoluiu muito na construção de ferramentas de apoio, procurando se equipara, nessa dimensão, aos países da OCDE. O Brasil conta atualmente com uma variedade de instrumentos públicos, oferecidos, direta ou indiretamente, por diferentes instituições, voltadas a reforçar a capacidade de inovação no país.

Os mecanismos disponíveis hoje abrangem uma variedade composta por crédito subsidiado, incentivos fiscais, subvenção econômica para empresas, subvenção para projetos de pesquisa em instituições de ciência e tecnologia (ICT), fundos de participações em empresas (*private equity*), capital-semente (*seed capital*) e capital de risco (*venture capital*).

Fundado em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) é uma empresa pública vinculada ao Ministério da Economia do Brasil que tem como objetivo promover financiamentos de longo prazo e investimentos em diferentes segmentos da economia brasileira. Três empresas compõem o seu sistema: inicialmente o próprio BNDES e em seguida as suas subsidiárias, nomeadamente a BNDES Participações S.A. (BNDESPAR), presente no mercado de capitais, e a Agência Especial de Financiamento Industrial (FINAME), presente no âmbito da produção e da comercialização de máquinas e equipamentos.

Atuando em consonância com as políticas públicas vigentes, o BNDES fomenta operações associadas ao financiamento e crédito a investimentos, participação em empresas, estruturação de projetos, prestação de garantias, concessão de recursos não reembolsáveis a projetos sociais, culturais e tecnológicos, e produção de conhecimento. Em 2018, o total do desembolso do BNDES para inovação foi de R\$1,8 bilhão, num total de 1323 operações de crédito, constituindo R\$930 milhões em financiamentos para a economia criativa e tecnologia da informação em 23 projetos.<sup>6</sup>

### *Como é feito o financiamento*

De maneira direta para os clientes ou por intermédio de instituições financeiras credenciadas, que irão analisar e negociar todas as condições com o cliente. As operações indiretas podem ser automáticas para valores de até R\$150 milhões e não automáticas quando excedem esse valor. Há também em alguns casos as operações mistas, quando combinam as duas formas, e dividem o risco do financiamento entre o BNDES e a instituição financeira credenciada.

### *Fluxo operacional*

A primeira etapa na busca por financiamento recebido pelo BNDES é a análise de habilitação do cliente em receber ou não o financiamento, através da análise de crédito, cadastro e compliance. Após a confirmação de habilitação, o cliente deve escolher, dentro de 4 modalidades de esteiras de crédito, qual a melhor se enquadra para o seu caso: automática, simplificada, corporativa ou *project finance*. Em seguida há a etapa de acompanhamento do pedido de financiamento, na qual é feito o desembolso dos recursos ao cliente, com a verificação pelo BNDES do cumprimento das obrigações contratuais existentes.

---

<sup>6</sup> BNDES – Relatório Anual Integrado de 2018 acessado em 20 de abril de 2020:  
[file:///C:/Users/thaissoares/Downloads/PRPer161100\\_RA%20BNDES\\_compl\\_BD.pdf](file:///C:/Users/thaissoares/Downloads/PRPer161100_RA%20BNDES_compl_BD.pdf)

## Cartão BNDES

O Cartão BNDES é uma modalidade de cartão de crédito oferecida para micros, pequenos e médios empresários brasileiros. Com taxas bem mais vantajosas do que os empréstimos oferecidos pelas outras instituições e a facilidade para o uso, os empresários conseguem investir e ampliar os seus negócios. Envolve crédito rotativo e pré-aprovado para a aquisição de bens, insumos e serviços de fabricação total ou parcial no Brasil. Não podendo ser solicitado por pessoas físicas, o cartão BNDES tem como objetivo gerar incentivo de micros, pequenas ou médias empresas.

## Inovação

No cenário brasileiro, o BNDES atua para incentivar a formação de capacitações e o desenvolvimento de ambientes inovadores, ofertando linhas de crédito para inovações disruptivas ou incrementais de produto, processo e marketing, pesquisa e desenvolvimento, parques tecnológicos, incubadoras e aceleradoras, entre outras categorias. Em 2018, percebe-se uma maior atuação do BNDES nesse âmbito através do Inovagro, com o desembolso total de R\$618 milhões<sup>7</sup> destinados para inovações direcionadas ao meio de produção rural.

A figura abaixo do Relatório Anual do BNDES mostra os instrumentos de apoio para inovação:

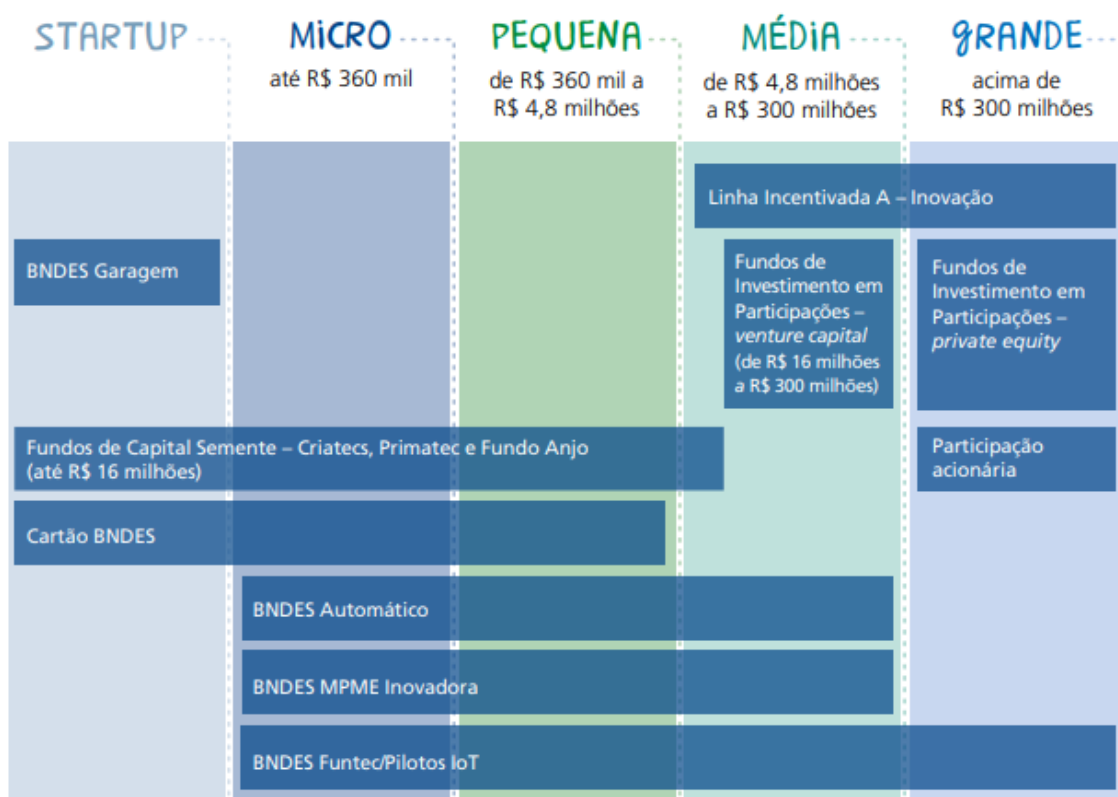


Figura 5: Instrumentos de apoio do BNDES para inovação

<sup>7</sup> BNDES – Relatório Anual Integrado de 2018 acessado em 20 de abril de 2020: [file:///C:/Users/thaissoares/Downloads/PRPer161100\\_RA%20BNDES\\_compl\\_BD.pdf](file:///C:/Users/thaissoares/Downloads/PRPer161100_RA%20BNDES_compl_BD.pdf)

### *Público-alvo*

Os recursos financeiros do BNDES são destinados para uma variedade de clientes, como empresas sediadas no Brasil, empresários individuais (pessoa física ou jurídica), microempreendedores individuais (pessoa jurídica), entidades ou órgãos públicos, da administração direta e indireta, das esferas Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal, fundações e associações de direito privado, cooperativas, pessoas físicas domiciliadas e residentes no país (desde que exerçam atividades econômicas e sejam devidamente registradas, como por exemplo caminhoneiros e produtores rurais), consórcios e condomínios que exerçam atividade produtiva, e sindicatos e clubes.

### *Requisitos*

Os requisitos para pedir um financiamento com recursos do BNDES são: estar em dia com as obrigações fiscais, tributárias e sociais, apresentar cadastro satisfatório, ter capacidade de pagamento, dispor de garantias suficientes para cobertura do risco da operação, não estar em regime de recuperação de crédito, atender a legislação relativa à importação (no caso de financiamento para a importação de máquinas e equipamentos), e cumprir a legislação ambiental.

### *Modalidades de financiamento*

Para detalhes sobre quem pode ser cliente, como funciona o financiamento, o que pode ser financiado e as diferentes modalidades de financiamento:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia>



<http://www.finep.gov.br/>

A Financiadora de Estudos e Projetos (Finep) é uma empresa pública do governo federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações que tem como objetivo apoiar estudos, projetos e programas de temáticas que fomentem o desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico no Brasil. Suas diretrizes e requerimentos seguem as prioridades setoriais definidas no âmbito do governo federal.

Através de modalidades de caráter reembolsável (crédito) e não-reembolsável (bolsas de pesquisa, ICTs, subvenção, empresas), a Finep promove crédito para instituições de pesquisa e empresas no Brasil, abrangendo todas as etapas como pesquisa básica e aplicada, inovações e desenvolvimento de produtos, serviços e processos, incubadoras, parques tecnológicos, entre outras.

#### *Pesquisa e Desenvolvimento*

Para os projetos de pesquisa científica, a Finep promove linhas de financiamento não-reembolsável para instituições públicas ou privadas, sem fins lucrativos, através da seleção de projetos de infraestrutura e pesquisa básica e aplicada, que são convocadas por meio de chamadas públicas.

#### *Programas e modalidades de financiamento*

Os links abaixo demonstram em detalhes os tipos de programas de apoio oferecidos pela Finep, e suas condições operacionais e requerimentos para aplicação dos mesmos: [http://download.finep.gov.br/matriz\\_programas.html](http://download.finep.gov.br/matriz_programas.html) e [http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Condi%C3%A7oes\\_Operacionais/CondicoesOperacionais.pdf](http://www.finep.gov.br/images/a-finep/Condi%C3%A7oes_Operacionais/CondicoesOperacionais.pdf)

# EMBRAPII

<https://embrapii.org.br/>

A **Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial** (EMBRAPII) é uma instituição privada sem fins lucrativos desde 2013 uma Organização Social (OS) qualificada pelo MCTIC. A instituição tem como meta oferecer mecanismos de fomento para ao desenvolvimento de pesquisa tecnológica inovadora no Brasil.

O Planejamento Estratégico da EMBRAPII para 2017-2019<sup>8</sup> demonstra a meta de atrair o maior número possível de empresas industriais para desenvolver projetos com suas **Unidades EMBRAPII**, que são Centros de Inovação credenciados pela EMBRAPII com alto potencial técnico e experiência comprovada para atender o mercado da inovação.

A EMBRAPII está presente nas áreas de:

- Biotecnologia;
- Materiais e química;
- Mecânica e manufatura;
- Tecnologia da informação e comunicação;
- Tecnologias aplicadas.

## *Modalidades de financiamento*

A EMBRAPII, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC) do Ministério da Educação (MEC), identifica a demanda do mercado por novos projetos de inovação, e assim define quais são as áreas estratégicas para realizar as chamadas públicas de credenciamento e financiamento para instituições de pesquisa, que são abertas periodicamente.

Nesse contexto, a última chamada da empresa (Março 2020) aponta que cada uma das cinco instituições credenciadas e selecionadas poderão solicitar até R\$3 milhões por um período total de três anos para ser aplicado como incentivo financeiro à sua pesquisa.

Essa linha de crédito da EMBRAPII é interessante por ter características muito vantajosas para a instituição cadastrada, como o baixo risco e custo ao compartilhar o investimento; e a rapidez e agilidade aplicados à liberação da parcela de recursos para a instituição.

---

<sup>8</sup> EMBRAPII – Plano Diretor acessado em 20 de abril de 2020: <https://embrapii.org.br/wp-content/images/2018/11/Plano-Diretor-EMBRAPII-2017-2019.pdf>



<http://www.cnpq.br/>

O **Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico** (CNPq) é uma instituição pública do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC). Criado em 1951 no Brasil, o CNPq atua como um agente de fomento para pesquisa científica, tecnológica e inovadora no país ao incentivar a formação de pesquisadores brasileiros e participar no planejamento e execução da Política Nacional de Ciência e Tecnologia.

#### *Bolsas e Auxílios*

Ao conceder bolsas destinadas ao treinamento e formação de pesquisadores de ciência e tecnologia no Brasil e também no exterior, o CNPq fomenta o desenvolvimento de recursos humanos alocados em setores considerados estratégicos para aumentar o desenvolvimento do país. Nesse âmbito, o CNPq também desbolsa financiamento para projetos de inovação de programas e redes de Pesquisa e Desenvolvimento, além de ter linhas de crédito para eventos científicos e participação de estudantes e pesquisadores em congressos.

#### *Programas de apoio à inovação*

- **ALI – Agentes Locais de Inovação:** por meio de orientação pró-ativa, esse programa visa aumentar a produtividade em micro e pequenas empresas dos setores de comércio e serviço. As inscrições são feitas pelo SEBRAE:  
<http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-ali>
- **Cooperação Internacional:** programa de mobilidade de pesquisadores dentro do Brasil e para o exterior. Mais informações em <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-cooperacao-internacional/>
- **Rede PRÓ CENTRO-OESTE:** rede de pós-graduação para fomentar recursos humanos e conhecimento científico na região Centro-Oeste:  
<http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-rede-pro-centro-oeste/>
- **BIONORTE – Rede de Biotecnologia e Biodiversidade da Amazônia Legal:** com ênfase em temáticas relacionadas à biotecnologia e diversidade, a rede busca integrar competências para desenvolver projetos de P&D no escopo da Amazônia Legal:  
<http://www.bionorte.org.br/>
- **Programas Institucionais de ICT:** bolsa de iniciação científica lançadas por chamadas públicas. Os detalhes sobre todos os programas estão descritos em:  
<http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao/>

- **PELD – Programa de Pesquisas Ecológicas de Longa Duração:** focado em ecologia de ecossistemas, esse programa impulsiona uma rede de sítios de referência para a pesquisa científica: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-peld>
- **Mulher e Ciência:** procura estimular a produção científica para temas relacionados com gênero, mulheres e feminismo, para além de promover a participação de mulheres na área das ciências: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-mulher-e-ciencia/>
- **SISBIOTA - Sistema Nacional de Pesquisa em Biodiversidade:** procura aumentar a competência científica e a abrangência temática e geográfica da pesquisa em biodiversidade: <http://cnpq.br/sisbiota/apresentacao/>
- **REFLORA – Plantas do Brasil: Resgate Histórico e Herbário Virtual para o Conhecimento e Conservação da Flora Brasileira:** promove o resgate e disponibilização de imagens e amostras da flora brasileira coletadas por missões estrangeiras: <http://reflora.jbrj.gov.br/reflora/PrincipalUC/PrincipalUC.do?lingua=pt>
- **PPBio – Programa de Pesquisa em Biodiversidade:** promove descentralização da pesquisa científica em biodiversidade, e intensificação dos estudos nesse tema: <https://ppbio.inpa.gov.br/>
- **PROANTAR – Programa Antártico Brasileiro:** fomenta a produção científica brasileira sobre a Antártida: <http://www.cnpq.br/web/guest/apresentacao-proantar/>

# Fundações de Amparo à Pesquisa

<https://confap.org.br/pt>

No cenário estadual, os 26 estados brasileiros e o Distrito Federal possuem Fundações de Amparo à Pesquisa (FAPs), sendo Roraima o único estado que encontra-se na fase de planejamento para esse arranjo institucional.

As FAPs são congregadas no **Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP)**, uma organização sem fins lucrativos que atua para coordenar e articular o diálogo e interesse das agências estaduais de fomento à pesquisa científica, buscando ampliar as parcerias nacionais, internacionais e com o setor empresarial das suas FAPs, também contribuindo para a Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação.

As FAPs oferecem numerosos programas e linhas de fomento, que variam dependendo do Estado. Em geral, o apoio é dado por meio de bolsas, apoio a mobilidade, subsídios relacionados a projetos científicos, tecnológicos e de inovação.

O apoio é direcionado tanto a programas nacionais, quanto a ações voltadas a cooperação internacional.

A tabela abaixo mostra as FAPs e seus respectivos estados brasileiros:

Estado	Instituição
Acre	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Acre – FAPAC
Alagoas	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas – FAPEAL
Amapá	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amapá – FAPEAP
Amazonas	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – FAPEAM
Bahia	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB
Ceará	Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP
Distrito Federal	Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal – FAP-DF
Espírito Santo	Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo - FAPES
Goiás	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás - FAPEG
Maranhão	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão – FAPEMA

Mato Grosso	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Mato Grosso - FAPEMAT
Mato Grosso do Sul	Fundação de Apoio ao Desenvolvimento do Ensino, Ciência e Tecnologia do Estado de Mato Grosso do Sul – FUNDECT
Minas Gerais	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG
Pará	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará - FAPESPA
Paraná	Fundação Araucária
Paraíba	Fundação de Apoio à Pesquisa - FAPESQ
Pernambuco	Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia - FACEPE
Piauí	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Piauí - FAPEPI
Rio de Janeiro	Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro – FAPERJ
Rio Grande do Norte	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte S/A – AGN e Fundação de Apoio à Pesquisa do Rio Grande do Norte - FAPERN
Rio Grande do Sul	Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul
Rondônia	Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia – Fapero
Roraima	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Roraima – FAPERR (ainda em desenvolvimento)
Santa Catarina	Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado de Santa Catarina - FAPESC
São Paulo	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP
Sergipe	Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe – FAPITEC
Tocantins	Agencia Tocantinense de Ciência, Tecnologia e Inovação – AGETEC e Fundação de Amparo à Pesquisa do Tocantins – FAPT

Tabela 1: Fundações de Amparo à Pesquisa no Brasil



3

Apoio para *startups*

# Apoio para *startups*

Para que uma *startup* tenha um ambiente favorável ao seu desenvolvimento, são necessários fatores que consigam sustentar os **riscos técnicos, tecnológicos, financeiros e comerciais**.

Tais fatores estão diretamente ligados à presença dos elementos abaixo:<sup>9</sup>

- Oferta de financiamento adequado para cada estágio da *startup*;
- Disponibilidade de mão de obra qualificada, tanto do ponto de vista técnico como também de gerenciamento de negócios;
- Cultura empreendedora;
- Ecosistema empreendedor de inovação do país, que pode oferecer apoio através de programas de incubação, aceleração, *coworking* e *hubs* de inovação;
- Regulações modernas para alcançar esses novos modelos de negócio;
- Acesso ao mercado e ganhos de escala;
- Diversidade.

Abaixo são descritas as principais categorias de investimento observadas para *startups*.

## *Bootstrapping*

Refere-se à prática para *startups* onde não existe a presença de capital externo, ou seja, a empresa cresce com pouco ou nenhum investimento financeiro que não tenha origem dela própria.

## *Programas públicos de fomento*

Constituiu o grupo formado por investimentos financeiros ofertados por programas públicos, subvenção econômica e bolsas. A propagação de iniciativas de apoio a *startups* nas duas últimas décadas indica uma evolução no ambiente de empreendedorismo inovador brasileiro. Os programas existentes atuam hoje nas diferentes dimensões de apoio, oferecendo às *startups* praticamente todas as categorias de suporte disponíveis no resto do mundo.

Há no Brasil **22 programas** que atuam com esse objetivo. A tabela a seguir sintetiza os principais programas públicos de apoio a *startups* no Brasil, fazendo referência aos seus valores totais investidos e os períodos de vigência do financiamento ofertado. Mais informações sobre os requerimentos dos programas podem ser encontrados nos respectivos websites:

---

<sup>9</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento – Ecosistema de Startups no Brasil, acessado em 20 de abril de 2020:

[https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Ecosistema\\_de\\_startups\\_no\\_Brasil\\_Estudo\\_de\\_caracteriza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_ecossistema\\_de\\_empreendedorismo\\_de\\_alto\\_impacto\\_brasileiro.pdf](https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Ecosistema_de_startups_no_Brasil_Estudo_de_caracteriza%C3%A7%C3%A3o_do_ecossistema_de_empreendedorismo_de_alto_impacto_brasileiro.pdf)

Programa	Instituição	Vigência	Valor total
Conexão Startup-Indústria	ABDI	2017 – em vigência	R\$ 10 milhões
<a href="https://startupindustria.com.br/">https://startupindustria.com.br/</a>			
Criatec II	BNDES	2013 – em vigência	Patrimônio comprometido: R\$ 186 milhões. Aporte: R\$ 20 milhões
<a href="http://www.criatec2.com.br/">http://www.criatec2.com.br/</a>			
Criatec III	BNDES	2016 – em vigência	Patrimônio comprometido: R\$ 202,5 milhões
<a href="http://inseedinvestimentos.com.br/criatec-3/">http://inseedinvestimentos.com.br/criatec-3/</a>			
BNDES MPME Inovadora	BNDES	2014 – em vigência	2014–2015: R\$ 261,2 milhões. 2016–2018: R\$ 300 milhões
<a href="https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-mpme-inovadora">https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/produto/bndes-mpme-inovadora</a>			
Inova Talentos	CNI/CNPq	2013 – em vigência	2014: R\$ 24 milhões. 2015: R\$ 29 milhões. 2016: R\$ 6,4 milhões (bolsas)
<a href="https://www.ielpr.org.br/inovatalentos/">https://www.ielpr.org.br/inovatalentos/</a>			
Procompí	CNI/Sebrae	1998 – em vigência	2010–2015: R\$ 30 milhões. 2016–2019: R\$ 23,9 milhões
<a href="http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/procompí/">http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/procompí/</a>			
Pipe I e II	Fapesp	1997 – em vigência	R\$ 360 milhões (até 2016)
<a href="http://www.fapesp.br/pipe/">http://www.fapesp.br/pipe/</a>			
Inovar	Finep	2013 – em vigência	Patrimônio total dos fundos: R\$ 577 milhões (2015)
<a href="http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/programas-inova/o-que-e-o-programa-inova">http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/programas-inova/o-que-e-o-programa-inova</a>			

Pappe Subvenção/Integração	Finep	2006 – em vigência	R\$ 245 milhões Finep e R\$ 95 milhões dos estados
<a href="http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/pappe-integracao">http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/historico-de-programa/pappe-integracao</a>			
Tecnova	Finep	2012 – em vigência	R\$ 190 milhões
<a href="http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/tecnova">http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/tecnova</a>			
Inovacred	Finep	2014 – em vigência	2014–2015: R\$ 747,5 milhões
<a href="http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/inovacred-empresa-e-ict-s">http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/inovacred-empresa-e-ict-s</a>			
Pipe/Pappe (PIPE III)	Finep/Fapesp	2005 – em vigência	R\$ 21,1 milhões (até 2015)
<a href="http://www.fapesp.br/pipe/">http://www.fapesp.br/pipe/</a>			
Finep Startup	Finep	2017 – em vigência	R\$ 25 milhões
<a href="http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/finep-startup">http://www.finep.gov.br/apoio-e-financiamento-externa/programas-e-linhas/finep-startup</a>			
Seed-MG	Governo Estado MG	2013 – em vigência	Estimado em R\$ 23 milhões
<a href="http://www.simi.org.br/parceiro/seed">http://www.simi.org.br/parceiro/seed</a>			
Sinapse da Inovação	Governo Estado SC	2005 – em vigência	R\$ 21,3 milhões (até 2014)
<a href="http://portal.sinapsedainovacao.com.br/">http://portal.sinapsedainovacao.com.br/</a>			
Pitch-GovSP	Governo Estado SP	2015 – em vigência	Sem aporte financeiro (convênios)
<a href="http://www.pitchgov.sp.gov.br/">http://www.pitchgov.sp.gov.br/</a>			
Startup Brasil	MCTI	2012–2020	R\$ 80 milhões
<a href="https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/inovacao/paginas/empreendedorismo_inovador/startup_brasil.html">https://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/inovacao/paginas/empreendedorismo_inovador/startup_brasil.html</a>			
Inovativa	MDIC	2013 – em vigência	R\$ 7 milhões (2013–2015)

<a href="https://www.inovativabrasil.com.br/">https://www.inovativabrasil.com.br/</a>			
Techsampa (Vaitec)	Prefeitura SP	2014 – em vigência	R\$ 3 milhões
<a href="http://www.vaitec.com.br/">http://www.vaitec.com.br/</a>			
ALI (Agentes Locais de Inovação)	SEBRAE	2008 – em vigência	2010–2015: R\$ 202,7 milhões 2015–2020: R\$ 320 milhões
<a href="https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pa/programas/ali-agentes-locais-de-inovacao,cc3d59d84cda5410VgnVCM2000003c74010aRCRD">https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/ufs/pa/programas/ali-agentes-locais-de-inovacao,cc3d59d84cda5410VgnVCM2000003c74010aRCRD</a>			
Sebraelab	SEBRAE	2016 – em vigência	Sem informação
<a href="https://www.sebraelab.sebrae.com.br/">https://www.sebraelab.sebrae.com.br/</a>			
Sesi-Senai de Inovação	Sesi/Senai	2004 – em vigência	Aproximadamente R\$ 380 milhões
<a href="http://www.portaldaindustria.com.br/senai/canais/edital-de-inovacao-para-industria/">http://www.portaldaindustria.com.br/senai/canais/edital-de-inovacao-para-industria/</a>			

Tabela 2: Programas públicos de apoio para startups<sup>10</sup>

### Crowdfunding

Através dessa modalidade de financiamento coletivo, a captura de investimento para as *startups* é realizada por meio de uso de plataformas na internet, nas quais pessoas físicas ou jurídicas podem entrar e investir o montante que quiserem para apoiar o desenvolvimento da *startup*.

De maneira geral, pode-se dizer que algumas recompensas são oferecidas em troca do investimento, como por exemplo brindes, prêmios, pré-compra de produtos da *startup* ou até mesmo retornos financeiros sobre a valorização das ações da empresa (essa última recompensa denomina-se *equity crowdfunding* ou *investment-based crowdfunding*..

No Brasil, desde 2018 as plataformas que promovem as atividades de *equity funding* tornaram-se regularizadas pela **Comissão de Valores Mobiliários (CVM)**<sup>11</sup>, entidade autárquica do Ministério da Economia responsável por regularizar e fiscalizar o mercado de capitais do país.

<sup>10</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento – Ecossistema de Startups no Brasil, acessado em 20 de abril de 2020:

[https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Ecossistema\\_de\\_startups\\_no\\_Brasil\\_Estudo\\_de\\_caracteriza%C3%A7ao\\_do\\_ecossistema\\_de\\_empresendedorismo\\_de\\_alto\\_im\\_pacto\\_brasileiro.pdf](https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Ecossistema_de_startups_no_Brasil_Estudo_de_caracteriza%C3%A7ao_do_ecossistema_de_empresendedorismo_de_alto_im_pacto_brasileiro.pdf)

<sup>11</sup> <http://www.cvm.gov.br/index.html>

Junto à CVM, a [Associação Brasileira de Crowdfunding](#)<sup>12</sup> também atua para apoio o desenvolvimento e aplicação da regularização de plataformas de *crowdfunding*, além de disseminar a atividade no país e fomentar o empreendedorismo inovador.

Abaixo são identificadas as plataformas existentes no Brasil para essa modalidade de investimento:

#### [Crowdfunding](#)



Nome	Website	Observações
Catarse	<a href="https://crowdfunding.catarse.me/comece#2">https://crowdfunding.catarse.me/comece#2</a>	Pioneira no Brasil, a plataforma é considerada a maior do país.
Ideame	<a href="https://www.idea.me/">https://www.idea.me/</a>	Atuação em diversos países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, México, Estados Unidos e Uruguai). Aceita recursos financeiros realizados nas moedas desses países.
Kickante	<a href="https://www.kickante.com.br/">https://www.kickante.com.br/</a>	Presente no mercado brasileiro desde 2013, também recebe contribuições parceladas dos interessados em apoiar <i>startups</i> .

*Tabela 3: Plataformas brasileiras de crowdfunding*

#### [Equity-crowdfunding](#)

Conforme dados publicados pela Comissão de Valores Mobiliários<sup>13</sup>, há no Brasil 27 instituições de *equity-crowdfunding* validadas e registradas, que atuam em diversos segmentos no mercado brasileiro. Mais informações abaixo sobre essas instituições que focam em investimento para *startups*:

<sup>12</sup> <http://equity.org.br/>

<sup>13</sup> Comissão de Valores Mobiliários – Plataformas Eletrônicas de Investimento Participativo Registradas na CVM, acessado em 16 de abril de 2020: [file:///C:/Users/thaissoares/Downloads/plataformas\\_eletronicas\\_de\\_investimento\\_participativo.pdf](file:///C:/Users/thaissoares/Downloads/plataformas_eletronicas_de_investimento_participativo.pdf)



- Kria: <https://www.kria.vc/>
- EqSeed: <https://eqseed.com/>
- MyFirstIPO: <https://myfirstipo.com/>
- StartMeUp: <https://www.startmeup.com.br/>
- Captable: <https://www.captable.com.br/>
- Bloxs: <https://bloxs.com.br/>
- InCo: <https://inco.vc/>
- Cluster21: <https://cluster21.com.br/pt-br/fundraises/grid>
- UpAngel: <https://www.upangel.com.br/>
- Platta: <https://platta.com.br/>
- Organismo: <https://www.organismobrasil.com.br/>
- Wiztartup: <https://www.wiztartup.com/>
- Linka Invest: <https://www.linkainvest.com.br/>

### *Venture Capital*

Investimento oferecido por grandes empresas que buscam *startups* com soluções para os problemas e situações que sejam intrinsecamente ligados ao seu produto ou serviço, definidos por uma mesma estratégia de mercado.

No Brasil há muitas corporações que apostam nesse modelo de apoio à inovação. Dentre elas estão as gestoras abaixo:

**Google Ventures:** <https://www.gv.com/>

**Natura Startups:** <https://www.natura.com.br/startups>

**Astella:** <https://astellainvest.com/>

**Endeavor:** <https://endeavor.org.br/>

**Bossa Nova Invest:** <https://www.bossainvest.com/>

**Canary:** <https://canary.gupy.io/>

**SoftBank:** <https://global.softbank/>

**QED Investors:** <https://qedinvestors.com/>

**Crescera Capital:** <http://crescera.com/>

**Redpoint:** <http://rpev.com.br/>

**Confrapar:** <https://confrapar.com.br/>

**Brazil Venture Capital:** <http://brazilventurecapital.net/>

**CRP:** <https://www.crp.com.br/>

**CVentures:** <https://www.cventures.com.br/>

**Kaszek:** <https://www.kaszek.com/>

**Monashees:** <http://monashees.com.br/pt-br/>

**Ribbit Capital:** <https://ribbitcap.com/>

**SP Ventures:** <http://www.spventures.com.br/>

**500:** <https://500.co/>

**Valor Capital Group:** <http://valorcapitalgroup.com/>

**Inseed Investments:** <https://www.inseed.com.br/>

**Innova Capital:** <http://innovacapital.com.br/>

### *Investimento Anjo*

Em comparação com o *Venture Capital*, o investimento anjo é realizado por pessoas físicas que querem apoiar modelos de negócio que acreditam ter potencial inovador. Normalmente, os investidores anjo são aqueles profissionais com uma carreira consolidada no mercado, tendo vasta experiência profissional e grande rede de contatos.

Percebe-se uma tendência de ex-empresários ou executivos, com uma quantidade confortável de recursos financeiros e experiência profissional, atuarem como investidores anjo. Eles possuem a vontade de orientar e abrir portas para o empreendedor que atua no mesmo ramo deles.

O aporte de capital é feito por essas pessoas físicas, que também oferecerem *expertise* e *networking*, para os primeiros estágios de desenvolvimento do modelo de negócio da *startup*. O

investidor anjo pode ter a contrapartida da *startup* oferecida em sociedade, se assim for de seu interesse.

A organização sem fins lucrativos **Anjos do Brasil** (<https://www.anjosdobrasil.net/>) fornece mais informações detalhadas para o empreendedor que deseja saber mais sobre o que apresentar ao investidor anjo ou até mesmo submeter o seu projeto para receber o investimento, fazendo assim a ligação com os investidores anjo que estão no Brasil.

### *Aceleradoras*

Para além do pacote oferecido por uma incubadora para uma *startup* (prover pré-requisitos para a empresa se desenvolver, como um escritório, *expertise*, *networking* e investimento financeiro) as aceleradoras não se prendem a um plano de negócio ou setor específicos, mas sim numa ideia inovadora de negócio, que irá gerar soluções viáveis e escaláveis.

Em geral, a aceleradora detém um **processo aberto de seleção de startups** e também muito competitivo, através do qual irá injetar o seu *seed capital* em troca de ações da *startup*. O suporte oferecido pela aceleradora é limitado por tempo, e dura normalmente por **3 meses**, incluindo eventos programados e orientação intensiva e gerando senso de urgência para a implementação da *startup*.

Os programas de aceleração englobam em sua maioria um conjunto de ações: mentoria, treinamento, workshops, injeção de capital inicial, oferecimento de infraestrutura física (por exemplo espaços de *co-working*), assessoria jurídica e contábil, e acesso a informações do mercado. O objetivo da aceleradora é, portanto, fazer com que a *startup* consiga estruturar seu modelo de negócio, desenvolver a sua ideia inovadora e escalar o seu produto / serviço.

Em análise recente de 2017 da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores – ANPROTEC, o Brasil possui apenas 57 aceleradoras<sup>14</sup>, cuja maior concentração geográfica encontra-se nas regiões Sul e Sudeste. Os segmentos mais relevantes para essas aceleradoras são: **TI, Educação, Comércio e Serviços, Financeiro, Indústria e Agronegócios**. A partir desses programas de aceleração, mais de 2000 *startups* foram beneficiadas no país.

Entre as principais aceleradoras do Brasil estão a Gama Academy (<https://gama.academy/>), Darwin (<https://darwinstartups.com/>), ACE (<http://acestartups.com.br/>), Startup Farm (<https://startup.farm/>).

---

<sup>14</sup> ANPROTEC, acessado em 16 de abril de 2020: <https://anprotec.org.br/site/sobre/>

## Incubadoras

Há no Brasil hoje 363 incubadoras que oferecem prestação de serviços para apoiar o planejamento e desenvolvimento de startups. Em sua maioria, fazem parte de espaços acadêmicos ou universidades. A figura abaixo mostra as principais incubadoras no país:

Incubadora	Instituição	Cidade
CELTA	Fundação Certi	Florianópolis-SC
MIDI Tecnológico	ACATE	Florianópolis-SC
Cietec	USP	São Paulo-SP
Supera	USP Ribeirão Preto	Ribeirão Preto-SP
Tecnopuc	PUC-RS	Porto Alegre-RS
C.A.I.S. do Porto	Porto Digital	Recife-PE
Instituto Genesis	PUC Rio	Rio de Janeiro-RJ
COPPE	UFRJ	Rio de Janeiro-RJ

Figura 6: Incubadoras no Brasil<sup>15</sup>

## Regulações

Do ponto de vista do investidor, um grande avanço na legislação brasileira foi a implementação da Lei Complementar 155/2016. Até sua entrada em vigor, a maneira mais fácil de injetar capital num negócio inovador era o investidor tornar-se sócio da empresa, o que tornava os processos mais longos e complicados. Essa legislação redefiniu e organizou o ambiente empreendedor, aliando-se a conceitos mais modernos e facilitando a recolha de impostos dos investidores no âmbito nacional. Com ela, foi oficializado o conceito de investidor anjo, liberando sua necessidade de se tornar sócio da *startup*. Vale destacar que não sendo sócio, o investidor anjo não pode ter direito de voto nas decisões da *startup*.

São registradas ao longo dos últimos 14 anos leis e decretos do sistema nacional que abrangem os direitos dos investidores, dos empreendedores e incentivos econômicos e fiscais, tendo sido elas também revistas ao longo dos anos.

O Brasil ainda não tem um sistema jurídico que incentive diretamente o ciclo de vida das *startups*, fazendo com as mesmas submetam-se às leis existentes para empresas de modelo tradicional. Esse fato faz com que, eventualmente, as leis e decretos ignorem algumas características específicas inovadoras das *startups*.

Vale destacar que a maioria dos incentivos fiscais que são gerados pela **Lei do Bem** (descrita em detalhes abaixo) somente se aplicam para empresas que optam pelo regime de Lucro Real, ou seja, que possuem como base de cálculo de seu imposto todos os ganhos e rendimentos de

<sup>15</sup> Banco Interamericano de Desenvolvimento – Ecosistema de Startups no Brasil, acessado em 20 de abril de 2020: [https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Ecosistema\\_de\\_startups\\_no\\_Brasil\\_Estudo\\_de\\_caracteriza%C3%A7%C3%A3o\\_do\\_ecossistema\\_de\\_empreendedorismo\\_de\\_alto\\_impacto\\_brasileiro.pdf](https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Ecosistema_de_startups_no_Brasil_Estudo_de_caracteriza%C3%A7%C3%A3o_do_ecossistema_de_empreendedorismo_de_alto_impacto_brasileiro.pdf)

capital da empresa. Assim, pode-se entender que as *startups* não se enquadram nesse regime de maneira geral, uma vez que a natureza da implementação de seu negócio é diferente, mais variável, e inovadora que uma grande corporação que tem um alto faturamento.

Uma opção para a questão tributária da *startup* é o enquadramento no programa **Simples Nacional** (<http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/>), que oferece uma simplificação da alíquota. Nesse programa, a *startup* deve seguir alguns requisitos, entre eles: a participação de outra pessoa jurídica em seu capital; ser uma sociedade por ações; ter um sócio que resida fora do Brasil (pessoa física ou jurídica); ter sócio que não seja classificado como microempresa ou de pequeno porte, com mais de 10% de participação no capital; faturamento de no mínimo R\$3,6 milhões.

Em 2019 o governo brasileiro, através do Ministério da Economia e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), abriu uma chamada pública sobre o **Marco legal das Startups**, ainda não definido. Essa chamada tem como objetivo consultar diversos atores (empreendedores, advogados, investidores, especialistas etc) para elaborar futuramente melhorias no cenário inovador das *startups*, definir conceitos e facilitar o acesso ao investimento.

#### *Lei do Bem*

A Lei do Bem (<https://www.leidobem.com/lei-do-bem-inovacao/>), Lei nº 11.196 de 2005, é considerada como o principal estimulador no Brasil ao investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação. No que tange à inovação, a lei determina o conceito:

*“...considera-se inovação tecnológica a concepção de novo produto ou processo de fabricação, bem como a agregação de novas funcionalidades ou características ao produto ou processo que implique melhorias incrementais e efetivo ganho de qualidade ou produtividade, resultando maior competitividade no mercado”.*

Em sequência, o Decreto nº 5.798 de 2006 delimita as atividades em: pesquisa básica dirigida, pesquisa aplicada, desenvolvimento experimental, tecnologia industrial básica e serviços de apoio técnico.

Em 2016, como revisão da Lei de Inovação nº 10.973/2004, a Lei nº 13.243 colocou que inovação é a introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo e social que resulte em novos produtos, serviços ou processos, abrangendo novas funcionalidades que gerem melhorias efetivas no ganho de qualidade ou desempenho. Em outras palavras, tornou oficialmente o serviço como atividade de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

A Lei do Bem trata, portanto, da **definição legislativa para inovação em produtos, processos e serviços**, deixando de lado inovações nas áreas organizacionais e comerciais. Assim, traz benefícios fiscais para os gastos do empreendedor com essa temática inovadora em pesquisa e desenvolvimento, mesmo que o produto / serviço da *startup* não seja alcançado ao final da sua

implementação. Dessa forma, age como uma forte incentivadora ao investimento nessas atividades inovadoras para pessoas jurídicas.

Para ser incorporada à Lei do Bem, a empresa deve seguir alguns passos para verificar a possibilidade de receber incentivos fiscais, que envolvem a redução a zero da alíquota do imposto de renda retido na fonte no envio internacional de moeda para patentes, redução de 50% do imposto sobre produtos industrializados (IPI) e sobre os produtos destinados à pesquisa e desenvolvimento tecnológico.

Inicialmente, a empresa deve definir seu projeto que será submetido à avaliação do governo, tendo assim total compreensão das atividades do seu projeto. Ao pontuar a sua inovação e qual será a abrangência dela no mercado, deverá citar também se essa inovação foi concebida pela própria empresa. Se por acaso a inovação envolve a aquisição de maquinário ou até a modernização do espaço físico, a empresa não será beneficiada pela Lei do Bem.

Após a pontuação da inovação, a empresa irá listar o envolvimento e risco tecnológico para que seu produto / serviço / processo inovador seja alcançado. Com essas etapas, poderá ser feita a avaliação do governo do Brasil se a empresa poderá ou não receber benefícios fiscais pela Lei do Bem.

O procedimento de análise técnica por parte do governo do Brasil é feito através do cadastramento e preenchimento de um **formulário eletrônico** chamado FORMP&D (<https://forms.mctic.gov.br/forms/private>), que é encaminhado para o MCTIC. Em caso de dúvidas no preenchimento do formulário é possível acessar o suporte técnico do MCTIC em <http://formpd.mctic.gov.br/fontes/php/telas-formpd-2018.pdf>

O empreendedor irá imputar as informações citadas acima nesse formulário eletrônico, dividido em 7 partes, dando detalhes de sua empresa, como exemplo a origem do capital da empresa, receita líquida anual, se já recebe outros incentivos fiscais, relevância do investimento, delimitação da atividade de PD&I e do seu elemento inovador, desafio tecnológico, metodologia, patentes, impostos e depreciação.



CENTRO DE INOVAÇÃO BRASIL - EUROPA

## CONTACT US AT:

[brazil@eucentres.eu](mailto:brazil@eucentres.eu)

ENRICH in Brazil is made possible with the support  
of the CEBRABIC project and its partners



Fraunhofer Institute for Production  
Systems and Design Technology (IPK)





---

**CENTRO DE INOVAÇÃO BRASIL - EUROPA**

**Authors:**

SPI, CONFAP

**Status:**

May 2020